



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 016 /2003-GPMP

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO  
DE PARINTINS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE  
2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por da Lei etc.

Faz saber a todos que à Câmara Municipal de Parintins em sessão extraordinária sem remuneração realizada no dia 15 de dezembro de 2003, aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica aprovado no orçamento do Município de Parintins, para o exercício de 2004, discriminados pelos anexos integrantes desta LEI e que estima a receita e fixa a despesa em **R\$27.115.898,28**(VINTE E SETE MILHÕES, CENTO E QUINZE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras, inclusive transferências feitas pela União, na forma da legislação em vigor, conforme Anexo I, obedecendo ao seguinte desdobramento:

01. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	R\$	1.503.500,00
Receita Patrimonial	R\$	255.000,00
Receita de Serviços	R\$	1.477.332,28
Transferências Correntes	R\$	25.583.469,00
Outras Receitas Correntes	R\$	697.845,00

03. DEDUÇÕES

Dedução de Receitas	R\$	2.401.248,00
		27.115.898,28

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação do anexo II, que representa a sua composição de acordo com o seguinte:

1. POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	R\$	1.433.898,00
------------------	-----	--------------

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito	R\$	627.000,00
Procuradoria Geral	R\$	387.800,00
Secretaria de Administração	R\$	2.835.500,00
Secretaria de Planejamento	R\$	107.000,00
Secretaria de Finanças	R\$	623.490,00
Secretaria de Educação e Desporto	R\$	8.924.400,00
Secretaria de Assist. Social e Trab.	R\$	780.912,00
Secretaria de Saúde e Saneamento	R\$	4.944.402,00
Secretaria de Produção e Abastecimento	R\$	412.600,00
Secretaria de Obras e Urbanismo	R\$	2.720.790,00
Secretaria de Cultura e Turismo	R\$	439.200,00
Secretaria Municipal do Meio Ambiente	R\$	24.400,00

FUNDOS MUNICIPAIS

Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	739.174,00
---------------------------------------	-----	------------

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Serviço Autônomo de Água e Esgoto	R\$	1.846.332,28
-----------------------------------	-----	--------------

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Reserva de Contingência	R\$	269.000,00
-------------------------	-----	------------

<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>→→→→→→→→→→→→→→→→</b>	<b>R\$ 27.115.898,28</b>
-------------------------------	-------------------------	--------------------------



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

2. POR FUNÇÕES:

Legislativa	R\$	1.433.898,00
Administração	R\$	4.414.390,00
Segurança Pública	R\$	236.000,00
Assistência Social	R\$	1.520.086,00
Saúde	R\$	4.944.402,00
Educação	R\$	8.739.400,00
Cultura	R\$	403.200,00
Urbanismo	R\$	2.490.790,00
Habitação	R\$	15.000,00
Saneamento	R\$	1.921.332,28
Gestão Ambiental	R\$	24.400,00
Agricultura	R\$	412.600,00
Comércio e Serviço	R\$	138.000,00
Transporte	R\$	70.000,00
Desporto e Lazer	R\$	83.000,00
Encargos Especiais	R\$	400,00
Reserva de Contingência	R\$	269.000,00
TOTAL POR FUNÇÕES		R\$ 27.115.898,28

Art. 4º - Para garantir a exequibilidade do orçamento fica o Poder Executivo autorizado:

- I. Abrir créditos suplementares até o limite de 40% (Quarenta por cento) da receita prevista nesta Lei, não onerado esse limite os créditos suplementares abertos para reforçar dotações de Pessoal, obrigações Patronais, Encargos com Inativos e Pensionistas, PASEP e os destinados a reforçar dotações com recursos de convênios;
- II. A criar, através de Decretos, elementos, subelementos e itens de despesa, para orçamentação de recursos transferidos mediante Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes, até o limite dessas transferências;
- III. A transpor, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, recursos de uma categoria de programação para outra, ou de uma unidade orçamentária para outra;
- IV. A contratar operações de crédito por antecipação de receita, obedecendo o disposto no Inciso III, do Artigo 167, da Constituição da República e ainda o observando o disposto no artigo 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º - O Orçamento Analítico deverá ser aprovado por decreto do Poder Executivo, até o dia 31 de dezembro do ano em curso.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2004.

Palácio Cordovil em Parintins, 22 de dezembro de 2003.

  
Eneas de Jesus Gonçalves Sobrinho  
Prefeito Municipal de Parintins